



SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MARANHÃO

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Educação Inclusiva
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL DE ABERTURA N° 001/2026



BÔNUS

ÁREA DO **CONCURSEIRO**

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

SME SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR -
MARANHÃO - MA

Professor de Língua
Portuguesa

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026

CÓD: SL-114AB-26
7908433296539

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; Tipologia textual;.....	9
2. Domínio da ortografia oficial; Uso dos porquês	12
3. Domínio dos mecanismos de coerência e coesão	14
4. Emprego e reconhecimento das Classes de palavras; Orações Coordenadas e Subordinadas	15
5. Sinais de pontuação; Pontuação	24
6. Emprego do sinal indicativo de crase.....	26
7. Concordância Verbal e Nominal.....	27
8. Regência nominal e verbal	29
9. Sintaxe da oração e do período; Termos essenciais, acessórios e integrantes da oração.....	32
10. Regras de acentuação	36
11. Figuras e vícios de linguagem; Figuras de pensamento	37
12. Emprego e Significação das palavras: denotação, conotação, homonímia, paronímia e ambiguidade.....	42
13. Emprego de: mau/mal, mas/mais, trás/traz/atrás, a fim de/afim, sob/sobre, a par/ ao par, cessão/sessão/Seção, Há/a, Ao invés de/ em vez de, Demais/de mais, onde/ aonde/donde, nenhum/ nem um, por ora/ por hora.....	43

Conhecimentos Pedagógicos

1. Principais teorias e pensadores da educação (Paulo Freire; Maria Montessori; Jean Piaget; Lev Vygotsky; John Dewey; Burrhus Frederic Skinner; Célestin Freinet; Jerome Bruner; Howard Gardner; Carl Rogers; Abraham Maslow; Henri Wallon; Émile Durkheim; Ivan Pavlov; Alfred Binet; Carol Dweck.)	59
2. Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem.....	62
3. Didática e Metodologia de Ensino	64
4. Planejamento e organização do ensino	66
5. Tendências pedagógicas.....	69
6. Avaliação escolar e inclusão; Estratégias e técnicas de ensino	71
7. Legislação Educacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).....	73
8. Constituição Federal: Artigos 205 a 214 (Educação).....	74
9. Lei Nº 15.247, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025 - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada	77
10. Recomposição de Aprendizagem: Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025.....	80
11. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): Lei nº 8.069/90	83
12. ECA Digital.....	123
13. BNCC (Base Nacional Comum Curricular): Princípios e diretrizes.....	130
14. BNCC COMPUTACIONAL: Parecer CNE/CEB nº 2/2022 e Resolução CNE/CEB nº 1/2022	167
15. Três Eixos Estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital, Cultura Digital	180
16. Educação Integral e jornada ampliada: Lei nº 14.640/2023	183
17. Resolução CNE/CEB nº 7/2025	185
18. Portarias do MEC (nº 64/2023, 1495/2023, 1628/2024, 777/2024, 48/2024, 748/2024)	192
19. Resoluções (nº 18/2023, 25/2023, 26/2023).....	198
20. Saberes Digitais; Política de Inovação Educação Conectada (Lei nº 14.180/2021) e da Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023).....	205
21. Plano Nacional de Educação (PNE): Metas e estratégias	208
22. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).....	224

ÍNDICE

23. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).....	235
24. Currículo e Programas Educacionais . Concepções de currículo. Construção e implementação de currículos. Inclusão e diversidade no currículo escolar	240
25. Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico (PPP): Estrutura e objetivos	243
26. Psicologia da Educação	244
27. Psicologia do desenvolvimento . Psicologia da aprendizagem.....	246
28. Motivação e suas implicações na aprendizagem	253
29. Tecnologias na Educação. Uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino Ambientes virtuais de aprendizagem. Recursos educacionais digitais	256

Educação Inclusiva

1. Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva — Constituição Federal de 1988, arts. 205, 206 e 208	265
2. Lei nº 9.394/1996 (LDB).....	266
3. Educação Especial na perspectiva inclusiva e Atendimento Educacional Especializado – AEE	285
4. Acessibilidade, tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis.....	288
5. Adaptações e flexibilizações curriculares.....	289
6. Avaliação e planejamento pedagógico inclusivos	292
7. Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência	293
8. Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	312
9. Diversidade, equidade e currículo inclusivo na BNCC.....	313
10. Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	327
11. Resolução CNE/CP nº 2/2015, no que couber à formação docente e à inclusão	330
12. Acessibilidade, tecnologia assistiva e recursos pedagógicos acessíveis — Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão); Lei nº 10.098/2000	339
13. Legislação aplicável: Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.394/1996.....	361
14. Lei nº 10.436/2002	361
15. Decreto nº 5.626/2005	362
16. Decreto nº 7.611/2011	366
17. Resoluções do CNE aplicáveis e BNCC	370

Conhecimentos Específicos Professor de Língua Portuguesa

1. Estudos linguísticos: Concepção de linguagem e o ensino da língua portuguesa; Metodologia do ensino da língua portuguesa.....	375
2. Processo da leitura, compreensão, interpretação e produção textual	379
3. Tipologia e gêneros textuais: Descrição, Narração e Dissertação; Gêneros literários (da Antiguidade à Contemporaneidade).....	379
4. Textos e Textualidade: Coesão e Coerência	379
5. Comunicação: Significação das palavras, denotação e conotação.....	379
6. Figuras e vícios de linguagem, figuras de sintaxe, figuras de pensamento	379

ÍNDICE

7. Fonética e fonologia, morfemas e fonemas.....	379
8. Emprego do sinal indicativo de crase.....	381
9. Morfologia: emprego e reconhecimento das classes de palavras	381
10. Estrutura e formação das palavras.....	381
11. Morfossintaxe: Classe de palavras e sua correspondente função morfossintática.....	383
12. Sintaxe: Frase, oração, período, termos essenciais, integrantes e acessórios da oração, aposto e vocativo; Período composto por coordenação e subordinação	383
13. Sintaxe de concordância	383
14. Sintaxe de regência	383
15. Sintaxe de colocação pronominal	383
16. Pontuação	384
17. Acentuação gráfica.....	384
18. Redação de correspondências oficiais (Conforme Manual de Redação da Presidência da República).....	384
19. Ortografia oficial: regras ortográficas atuais (em vigor desde janeiro de 2009	392
20. Estudos Literários: Conceitos de literatura	394
21. Tradição literária: processos de canonização dos clássicos.....	396
22. Literatura infantil e juvenil	398
23. Estratégias de leitura literária; Formação do leitor literário	398
24. Identidade literária nacional: a lírica, o romance, o conto e a crônica	402
25. Literatura brasileira contemporânea; História e crítica da literatura brasileira	404
26. Aplicações pedagógicas da teoria literária; Letramento literário; Paradigmas do ensino de literatura.....	413
27. BNCC – Língua Portuguesa.....	415
28. Questões	415
29. Gabarito.....	421

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS; TIPOLOGIA TEXTUAL;

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.

- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.
- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.
- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.
- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.
- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.
- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.
- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.
- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.
- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

PRINCIPAIS TEORIAS E PENSADORES DA EDUCAÇÃO (PAULO FREIRE; MARIA MONTESSORI; JEAN PIAGET; LEV VYGOTSKY; JOHN DEWEY; BURRHUS FREDERIC SKINNER; CÉLESTIN FREINET; JEROME BRUNER; HOWARD GARDNER; CARL ROGERS; ABRAHAM MASLOW; HENRI WALLON; ÉMILE DURKHEIM; IVAN PAVLOV; ALFRED BINET; CAROL DWECK.)

PIAGET, VYGOTSKY, WALLON E BRUNER: DESENVOLVIMENTO, MEDIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Jean Piaget é um dos autores mais cobrados em concursos quando o assunto é desenvolvimento cognitivo. Sua teoria é conhecida como epistemologia genética e está associada ao construtivismo. Para Piaget, a criança não é um recipiente vazio que apenas recebe informações do professor. Ela é um sujeito ativo, que constrói progressivamente o conhecimento a partir de sua ação sobre o mundo. Essa construção ocorre por meio de processos de assimilação, acomodação e equilíbrio. A assimilação acontece quando o sujeito incorpora uma nova informação aos esquemas mentais que já possui. A acomodação ocorre quando esses esquemas precisam ser modificados para dar conta de uma nova situação. A equilíbrio é o movimento de busca de equilíbrio entre o que o sujeito já sabe e aquilo que desafia seu pensamento.

Um dos pontos mais importantes da teoria piagetiana é a ideia de estágios do desenvolvimento cognitivo. Piaget identifica fases pelas quais a criança passa, como o estágio sensório-motor, o pré-operatório, o operatório concreto e o operatório formal. Cada estágio apresenta formas próprias de raciocínio, e isso tem implicações pedagógicas relevantes. O professor deve considerar o nível de desenvolvimento do aluno ao propor atividades. Em provas, é comum aparecer a afirmação de que, para Piaget, o desenvolvimento condiciona a aprendizagem. Isso significa que a criança precisa ter certas estruturas cognitivas desenvolvidas para compreender determinados conteúdos. O erro, nessa perspectiva, não deve ser visto apenas como falha, mas como indício do modo de pensar da criança naquele momento.

Lev Vygotsky, por sua vez, apresenta uma perspectiva sociointeracionista. Para ele, o desenvolvimento humano não pode ser explicado apenas pela maturação biológica ou pela ação individual sobre os objetos. O ser humano se desenvolve nas relações sociais, por meio da cultura e da linguagem. A aprendizagem tem papel decisivo no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como memória voluntária, pensamento abstrato, atenção consciente e linguagem interior. O conceito mais conhecido de Vygotsky é a Zona de Desenvolvimento Proximal, que corresponde à distância entre aquilo que o aluno consegue fazer sozinho e aquilo que consegue realizar com a ajuda de alguém

mais experiente, como o professor ou um colega. Esse conceito é muito cobrado em concursos e representa a importância da mediação no processo educativo.

A principal diferença entre Piaget e Vygotsky está no modo como compreendem a relação entre desenvolvimento e aprendizagem. Em Piaget, de maneira geral, o desenvolvimento cria condições para a aprendizagem. Em Vygotsky, a aprendizagem bem orientada pode impulsionar o desenvolvimento. Além disso, enquanto Piaget enfatiza a construção individual do conhecimento por meio da interação com o objeto, Vygotsky destaca a interação social, a linguagem e a mediação cultural. O professor, nesse caso, não é apenas alguém que apresenta conteúdos, mas um mediador que cria condições para que o aluno avance além do que conseguiria sozinho.

Henri Wallon também é muito importante para a educação, especialmente por defender uma visão integrada do desenvolvimento humano. Para ele, não se pode separar inteligência, afetividade, movimento e meio social. A criança se desenvolve como um ser completo, em que emoção, corpo e pensamento estão profundamente articulados. Wallon dá grande importância à afetividade, especialmente nos primeiros anos de vida. Para esse autor, a emoção não é um elemento secundário ou um obstáculo à aprendizagem; ela é parte constitutiva do desenvolvimento. Isso significa que o professor precisa considerar as relações afetivas, os conflitos, os vínculos e o clima emocional da sala de aula como elementos importantes do processo educativo.

Jerome Bruner contribui para a educação com a ideia de aprendizagem por descoberta e com a noção de currículo em espiral. Para Bruner, o aluno aprende melhor quando participa ativamente da construção do conhecimento, investigando, formulando hipóteses e descobrindo relações. Isso não significa ausência de professor, mas organização de situações didáticas que levem o estudante a compreender a estrutura dos conteúdos. O currículo em espiral indica que um mesmo tema pode ser retomado em diferentes etapas escolares, com graus crescentes de complexidade. Assim, um conteúdo não precisa ser ensinado de uma única vez; ele pode ser apresentado inicialmente de forma simples e aprofundado progressivamente.

Em conjunto, Piaget, Vygotsky, Wallon e Bruner ajudam a compreender que aprender não é apenas memorizar informações. Aprender envolve construção mental, interação social, mediação cultural, afetividade, investigação e reorganização constante do pensamento. Para concursos, a dica é associar Piaget à construção por estágios, Vygotsky à mediação e à Zona de Desenvolvimento Proximal, Wallon à afetividade e ao desenvolvimento integral, e Bruner à aprendizagem por descoberta e ao currículo em espiral.

PAVLOV, SKINNER E BINET: COMPORTAMENTO, CONDICIONAMENTO E AVALIAÇÃO DA INTELIGÊNCIA

Ivan Pavlov ficou conhecido por seus estudos sobre o condicionamento clássico. Embora não tenha sido propriamente um teórico da educação, suas pesquisas influenciaram profundamente a psicologia da aprendizagem. Pavlov demonstrou que uma resposta reflexa pode ser associada a um estímulo anteriormente neutro. O exemplo clássico é o experimento com cães: ao associar repetidamente o som de uma campainha à apresentação de alimento, o animal passa a salivar apenas ao ouvir o som, mesmo sem a presença da comida. Esse processo mostra como determinados comportamentos podem ser condicionados por associação entre estímulos.

Na educação, o condicionamento clássico ajuda a compreender algumas respostas emocionais e comportamentais dos alunos. Um estudante que vive experiências negativas constantes em determinada disciplina pode passar a sentir ansiedade apenas ao entrar naquela aula ou ao ver uma prova. Do mesmo modo, experiências escolares positivas podem criar associações favoráveis com o ambiente de aprendizagem. Embora essa teoria seja limitada para explicar aprendizagens complexas, ela é importante para compreender como estímulos, hábitos e respostas emocionais podem ser formados no contexto escolar.

Burrhus Frederic Skinner desenvolveu o behaviorismo radical e a teoria do condicionamento operante. Diferentemente de Pavlov, que estudava respostas reflexas associadas a estímulos, Skinner concentrou-se nos comportamentos voluntários e nas consequências que os seguem. Para ele, comportamentos tendem a se repetir quando são reforçados e tendem a diminuir quando não são reforçados ou quando recebem consequências aversivas. O reforço positivo ocorre quando algo agradável é apresentado após o comportamento, aumentando sua probabilidade de repetição. O reforço negativo ocorre quando algo desagradável é retirado, também aumentando a chance de o comportamento se repetir. Já a punição busca reduzir a ocorrência de determinado comportamento.

Na educação, Skinner influenciou propostas como o ensino programado, a definição de objetivos comportamentais e o uso de reforços no processo de aprendizagem. Uma prática inspirada no behaviorismo valoriza comportamentos observáveis, respostas mensuráveis e controle das condições de ensino. Por exemplo, quando o professor estabelece pequenos passos de aprendizagem, oferece feedback imediato e reforça respostas corretas, está usando princípios próximos ao condicionamento operante. Em concursos, é importante não confundir Skinner com teorias construtivistas ou humanistas. Skinner não está preocupado prioritariamente com a consciência crítica, a afetividade profunda ou a construção interna do conhecimento, mas com as relações entre comportamento, ambiente e consequências.

Alfred Binet, por sua vez, teve grande importância para a história da avaliação psicológica e educacional. Ele é associado à criação dos primeiros testes de inteligência, desenvolvidos com o objetivo de identificar crianças que necessitavam de apoio escolar. A intenção inicial de Binet não era rotular definitivamente os estudantes, mas oferecer instrumentos para reconhecer dificuldades e propor intervenções adequadas. Posteriormente, seus estudos deram origem a debates sobre idade mental, quociente de inteligência e testes psicométricos.

A contribuição de Binet deve ser estudada com cuidado. Embora seus testes tenham sido importantes para a psicologia, também abriram discussões críticas sobre os limites da mensuração da inteligência. A inteligência pode ser medida por testes padronizados? Esses instrumentos consideram o contexto cultural, social e econômico dos estudantes? Podem reforçar desigualdades quando usados de forma inadequada? Essas perguntas são relevantes porque a educação contemporânea tende a criticar visões reducionistas da inteligência. Por isso, em provas, Binet aparece frequentemente associado à avaliação da inteligência e à psicometria, mas é importante lembrar que sua proposta inicial tinha uma finalidade educacional prática: identificar necessidades de apoio.

Pavlov, Skinner e Binet representam uma tradição mais ligada à observação, mensuração e controle de variáveis. Pavlov contribuiu com a ideia de condicionamento por associação; Skinner, com o comportamento operante e o papel das consequências; Binet, com a avaliação da inteligência e a identificação de dificuldades escolares. Esses autores são importantes porque mostram uma perspectiva mais objetiva e experimental da aprendizagem. Contudo, também receberam críticas, especialmente quando suas ideias são aplicadas de modo mecânico à educação. O aluno não é apenas um organismo que responde a estímulos, nem sua inteligência pode ser totalmente reduzida a um número. Ainda assim, suas teorias permanecem fundamentais para compreender a história da psicologia educacional e aparecem com frequência em provas.

MONTESSORI, DEWEY, FREINET E ROGERS: AUTONOMIA, EXPERIÊNCIA, COOPERAÇÃO E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Maria Montessori foi uma médica e educadora italiana que desenvolveu uma proposta pedagógica centrada na criança, na autonomia e no ambiente preparado. Para Montessori, a criança possui uma tendência natural ao desenvolvimento, desde que esteja em um ambiente adequado, organizado e rico em estímulos. A educação deve favorecer a independência, a concentração, a coordenação motora, a disciplina interior e o desenvolvimento sensorial. O professor não ocupa o papel tradicional de transmissor constante de conteúdos. Ele atua como observador e guia, preparando o ambiente, apresentando materiais e acompanhando o ritmo de cada criança.

Uma das marcas da pedagogia montessoriana é o uso de materiais específicos, elaborados para estimular os sentidos e permitir que a criança aprenda pela manipulação. Esses materiais favorecem a autoeducação, pois possibilitam que o próprio aluno perceba erros e acertos. Outro ponto importante é a ideia de liberdade com responsabilidade. Montessori não defende uma liberdade desorganizada, mas uma liberdade dentro de um ambiente cuidadosamente planejado. Para concursos, é essencial associar Montessori a ambiente preparado, materiais sensoriais, autonomia, autoeducação e respeito ao ritmo da criança.

John Dewey é um dos principais representantes da escola nova e do pragmatismo educacional. Para ele, a educação deve estar ligada à experiência e à vida democrática. A escola não deve ser um espaço separado da realidade, onde o aluno apenas memoriza conteúdos abstratos. Ela deve funcionar como uma comunidade de investigação, participação e resolução de problemas. Dewey defendia a ideia de aprender fazendo. Isso significa

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA — CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ARTS. 205, 206 E 208

EDUCAÇÃO

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

(...)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

LEI Nº 9.394/1996 (LDB)

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

**TÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

**TÍTULO III
DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR**

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

- a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI - alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS: CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA; METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM

► Introdução às teorias da linguagem

A compreensão da língua portuguesa, enquanto objeto de ensino, depende diretamente da concepção de linguagem que embasa a prática pedagógica. Historicamente, os estudos linguísticos evoluíram de modelos que enxergavam a língua como um mecanismo autônomo e estável para perspectivas que a entendem como atividade social em constante construção. Conhecer tais paradigmas permite ao professor escolher metodologias coerentes, selecionar materiais adequados e avaliar a aprendizagem de forma contextualizada. Ao longo desta seção, serão discutidas quatro correntes teóricas de grande influência—estruturalista, gerativista, funcionalista e sociointeracionista—explicitando seus princípios fundamentais e suas implicações didático-pedagógicas.

► Visão estruturalista: língua como sistema

Inspirada nos postulados de Ferdinand de Saussure, a perspectiva estruturalista concebe a linguagem como um sistema fechado de signos cujas relações internas produzem significado. O foco volta-se para a sincronia do sistema, isto é, para o funcionamento simultâneo dos elementos linguísticos (fonemas, morfemas, sintagmas) e suas regras de combinação. No ensino, esse paradigma tradicionalmente privilegia a gramática normativa, a classificação e a análise dos constituintes frasais, adotando exercícios de identificação e transformação (por exemplo, voz ativa para passiva). Embora favoreça a precisão metalinguística, o estruturalismo tende a limitar a dimensão comunicativa do idioma, pois trata a variação e o contexto de uso como desvios ou “erros” a serem corrigidos.

► Visão gerativista: competência e criatividade linguística

Formulada por Noam Chomsky a partir da década de 1950, a teoria gerativa desloca o olhar da língua para a mente do falante, postulando a existência de uma competência inata que permite produzir e compreender sentenças inéditas. O objeto central deixa de ser o conjunto de regras descritivas visíveis e passa a ser o dispositivo cognitivo subjacente que gera estruturas sintáticas recursivas. Para o ensino, essa abordagem reforça a ideia de que o aprendiz é sujeito ativo, capaz de formular hipóteses e generalizar padrões a partir de dados limitados. Consequentemente,

atividades que exploram “gramática de uso” podem ser combinadas a reflexões metalinguísticas sobre princípios universais (suporte para fenômenos como a aquisição de pronomes oblíquos ou a hierarquização de constituintes). Entretanto, críticas apontam que a ênfase na sintaxe abstrata pode subestimar fatores socioculturais e pragmáticos do ato comunicativo.

► Visão funcionalista: uso e função comunicativa

Os funcionalistas concebem a linguagem como instrumento de interação cujo formato estrutural decorre de pressões comunicativas. A forma existe para atender a funções — informar, persuadir, regular, expressar —, de modo que a análise se foca em como construções gramaticais se ajustam às necessidades do discurso. Dessa perspectiva, estudar língua portuguesa implica integrar semântica, pragmática e contexto situacional. Em sala de aula, o professor propõe tarefas que simulam finalidades reais (escrever instruções, argumentar, narrar), avaliando a adequação dos recursos linguísticos empregados. A variação é tratada como recurso legítimo, e a gramática é vista como ferramenta de eficácia textual, não como fim em si mesma.

► Visão sociointeracionista: linguagem como prática social

Derivada dos postulados de Bakhtin e da Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, a vertente sociointeracionista entende a linguagem como mediação das relações sociais e constituição da consciência. O sentido é coconstruído na interação, e os gêneros discursivos refletem valores, ideologias e propósitos de grupos específicos. O ensino da língua portuguesa, nesse quadro, organiza-se em torno de práticas de letramento: leitura e produção de textos inseridos em esferas de atividade concretas (científica, jornalística, digital). Sequências didáticas partem de situações comunicativas reais, estimulando a negociação de sentidos, a reflexão crítica e a autoria. A avaliação enfatiza processos e colaborações, promovendo feedback contínuo e partilhado.

► Implicações didático-pedagógicas

Cada concepção de linguagem delinea um conjunto distinto de objetivos, conteúdos e estratégias, exigindo que o docente articule teoria e prática de forma consciente. Ao escolher a perspectiva que orientará o planejamento — ou ao combiná-las de modo eclético —, o professor define o papel que atribui à gramática, aos textos, à interação em sala e aos critérios de avaliação. Assim, torna-se essencial refletir criticamente sobre as demandas do currículo, as características do público discente e os resultados de aprendizagem esperados.

METODOLOGIAS DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

► **Abordagem tradicional e gramática normativa**

Enraizada nos pressupostos estruturalistas, a abordagem tradicional ancora-se na transmissão explícita das regras morfosintáticas, apresentadas como sistema fechado a ser memorizado e aplicado em exercícios de análise e correção. O planejamento didático costuma organizar-se em torno de conteúdos prescritos em sequências linearmente graduadas — fonética, morfologia, sintaxe —, culminando na redação de períodos compostos “corretos”. Tal metodologia privilegia a segurança normativa e a clareza terminológica, mas frequentemente restringe a dimensão comunicativa, pois o texto aparece como mero pretexto para ilustrar categorias. A concepção de erro é prescritiva: desvios da variedade padrão são vistos como falhas individuais e não como manifestações de variação legítima. Ainda assim, o ensino explícito de normas pode ser valioso quando integrado a reflexões sobre adequação e contexto, possibilitando ao aluno transitar conscientemente entre registros linguísticos.

- Fortalezas — sistematização de conceitos, precisão terminológica, clareza de critérios avaliativos;
- Limitações — baixa atenção à pragmática, pouca integração leitura–escrita, risco de desmotivação.

► **Abordagem comunicativa**

Influenciada pelos desdobramentos da Linguística Aplicada, a abordagem comunicativa desloca o foco do código para o uso da língua em situações reais de interação. O objetivo primordial é desenvolver a competência comunicativa, entendida como habilidade de adequar conteúdo, forma e propósito ao contexto. O ambiente de aprendizagem privilegia tarefas que simulam problemas autênticos — debates, entrevistas, cartas de opinião — nas quais a gramática é trabalhada em função do sentido a ser negociado. O erro torna-se indício positivo do processo de construção de hipóteses, sendo retomado em feedback formativo. Estratégias como dramatizações, dinâmicas de pares e projetos multimodais favorecem a autonomia, a cooperação e o letramento digital.

- Fortalezas — foco no significado, alta motivação discente, integração de habilidades;
- Limitações — possível superficialidade na explicitação de regras, demanda elevada de planejamento.

► **Abordagem sociointeracionista e metodologia dos gêneros textuais**

Amparada nos aportes de Bakhtin e Vygotsky, a abordagem sociointeracionista considera a linguagem como prática social mediadora de atividades culturais. O ensino organiza-se em torno de gêneros discursivos que circulam em esferas diversas (acadêmica, jornalística, literária, digital), levando o aluno a situar-se criticamente nesses contextos. A sequência didática de Dolz, Noverraz e Schneuwly — apresentação de gênero, análise de modelos, produção inicial, intervenção docente, produção final — estrutura o processo de letramento, articulando leitura, oralidade e escrita. A variação linguística é vista como recurso identitário; discutir preconceitos linguísticos torna-se parte do currículo. A avaliação privilegia portfólios, rubricas e autoavaliação, enfatizando progressos coletivos e individuais.

- Fortalezas — vínculo com práticas sociais, desenvolvimento de autoria crítica, respeito à diversidade;
- Limitações — necessidade de formação docente contínua, maior tempo para implementação.

► **Ensino baseado em projetos e tarefas**

Inspirado na pedagogia de projetos e na teoria do task-based learning, esse modelo estrutura o trabalho didático em torno de problemas ou produtos significativos (criar podcast, organizar feira literária). As tarefas demandam pesquisa, planejamento textual, revisão colaborativa e apresentação pública, integrando competências linguísticas e extralinguísticas (resolução de problemas, gestão do tempo, cooperação). O professor atua como mediador, fornecendo intervenções linguísticas sob demanda (“focus on form”) sem romper a fluidez da atividade. A interdisciplinaridade ganha espaço, pois temas sociais, científicos ou artísticos convergem no projeto.

- Fortalezas — aprendizagem significativa, protagonismo discente, desenvolvimento de soft skills;
- Limitações — logística complexa, avaliação mais qualitativa, necessidade de recursos variados.

► **Avaliação formativa e somativa no contexto das diferentes metodologias**

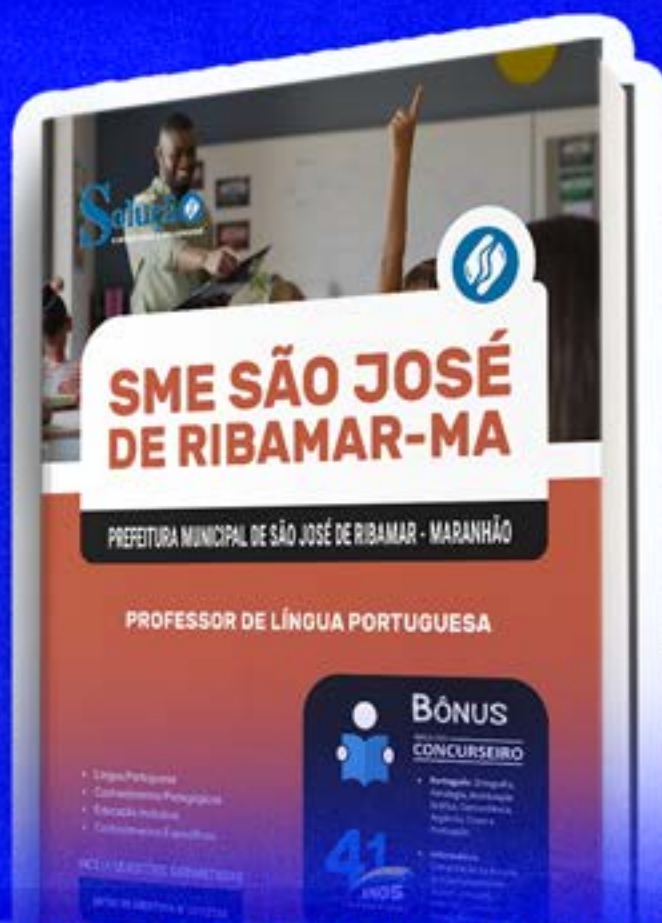
Independentemente da abordagem adotada, o alinhamento entre objetivos, práticas de ensino e modos de avaliação é determinante para a eficácia pedagógica. A avaliação somativa — testes, provas e notas finais — oferece síntese quantitativa de desempenho, importante para certificação institucional. Já a avaliação formativa acompanha o percurso do aprendiz, fornecendo devolutivas contínuas que orientam ajustes de percurso. Instrumentos como rubricas descritivas, diários de aprendizagem, feedback oral ou escrito e autoavaliação potencializam a metacognição e a responsabilidade do estudante sobre seu avanço. Quando combinadas, ambas as formas garantem equidade e aprendizagem profunda: a somativa assegura padrões mínimos; a formativa promove melhoria processual.

- Princípios chave — clareza de critérios, coerência entre tarefas e metas, diversidade de instrumentos;
- Boas práticas — feedback tempestivo, participação do aluno na construção de critérios, revisão cíclica.

APLICAÇÕES PRÁTICAS EM SALA DE AULA

► **Planejamento didático alinhado à concepção adotada**

O ponto de partida para qualquer prática eficaz é um planejamento que traduza a concepção de linguagem escolhida em objetivos, conteúdos, estratégias e critérios de avaliação claramente relacionados. Se o professor adota um viés sociointeracionista, por exemplo, a definição de metas enfatiza a participação do aluno em eventos de letramento, enquanto um enfoque comunicativo privilegia situações-problema que demandem negociações de sentido. Em todos os casos, o planejamento deve prever progressão temática, retomadas cíclicas e articulação entre leitura, escrita, oralidade e análise linguística, evitando fragmentação excessiva. A elaboração de mapas de unidade,



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!